

# **O PAPEL SOCIAL DOS IFETS: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO CEFET-AL**

**Álvaro José de OLIVEIRA (1); Magda Maria Gomes Brandão ZANOTTO (2)**

(1) CEFET-AL, Rua Barão de Atalaia s/n, telefone: (82)2126-7022, e-mail:

[cefetalvaro@hotmail.com](mailto:cefetalvaro@hotmail.com)

(2) CEFET-AL, e-mail: [magdazanotto@gmail.com](mailto:magdazanotto@gmail.com)

Considerando os pressupostos legais e teóricos que embasam a transformação dos CEFETs em IFETS – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e, ainda, tomando por base as concepções pedagógicas que permeiam a criação dos IFETs, buscamos refletir sobre o papel social desses institutos, enfocando a realidade local do CEFET-AL e seu compromisso com as questões sociais, cujas políticas públicas vêm sendo enfatizadas e exigidas como parte integrante das políticas internas de cada CEFET. Sendo assim, procuramos retratar a atual situação do CEFET-AL quanto ao seu comprometimento com a inclusão social, através de suas atividades de pesquisa e de extensão, as quais deverão ter continuidade e intensificação quando da implantação do IFET, sofrendo um redimensionamento de caráter mais efetivo quando dessa transformação.

**Palavras-chave:** IFET, Inclusão Social, Políticas Públicas de Inclusão Social.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de situar o CEFET Alagoas no atual contexto em que se encontram esses centros de educação profissional e tecnológica no Brasil, os quais estão passando por reformulações institucionais, transformando-se em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, e que, por conseguinte, tal transformação constitui-se na temática deste congresso – III CONNEPI – tencionamos refletir sobre esta instituição federal, que já data de 99 anos de existência, a partir de um panorama histórico, político e social, ao discorrermos sobre o propósito de sua existência, seu desenvolvimento a partir das demandas das dinâmicas sociais local, regional e nacional, bem como refletindo sobre este novo perfil institucional e suas implicações no âmbito das políticas nacionais de inclusão social, analisando esta instituição dentro deste contexto vigente.

Para tanto, será feita uma retrospectiva histórica da instituição, serão feitas considerações a respeito das exigências da atual ordem social, política e econômica, além do relato das experiências de políticas públicas de inclusão social neste CEFET.

Consideraremos, também, um olhar reflexivo sobre as propostas nacionais de políticas públicas e/ou programas de inclusão social para os CEFETs e o que já está implantado ou em fase de implantação neste CEFET.

Portanto, pretendemos, através deste artigo, compor, a partir de pressupostos legais, históricos e teóricos, um perfil da instituição, baseando-nos no trinômio ação-reflexão-ação, a fim de promovermos uma análise dessas políticas públicas e sua inter-relação com esses pressupostos, em termos concretos, buscando refletir sobre o que está de acordo com as demandas sociais e o que precisa se adequar às mesmas.

A fim de organizarmos o panorama atual deste CEFET, elencaremos as ações ocorridas e as demais em andamento, confrontando-as com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, e as demais leis decorrentes dos seus pressupostos, os conceitos e princípios da sociedade pós-moderna, da educação integral, do currículo integrado, da aprendizagem significativa, da transversalidade, da interdisciplinaridade, da educação inclusiva, dentre outros que se façam necessários, para dar suporte às considerações que serão feitas sobre o papel social do CEFET-AL, em fase de transformação para IFET.

## 2. BREVE HISTÓRICO DO CEFET-AL



Criado em 23 de setembro de 1909, pelo Presidente da República Nilo Peçanha, teve inaugurada sua primeira sede em 21 de outubro de 1910. À época, recebeu o nome de Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, mantendo esta denominação até o ano de 1937, quando passou a ser denominado Liceu de Artes e Ofícios e, desde então, recebeu várias outras denominações, de acordo com as demandas políticas e sociais dos momentos históricos em que encontrava-se inserido, sendo, atualmente, ainda denominado Centro Federal de Educação Tecnológica, a partir de 1999, estando já com a proposta de constituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, em fase de implantação.

Atualmente, na estrutura de CEFET, oferta cursos de nível médio nas modalidades Médio Básico, Médio Integrado (profissionalizante), PROEJA, cursos técnicos e cursos de nível superior tecnológico, nas modalidades presencial e a distância, estando com previsão de oferta de seu primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* prevista para o mês de setembro deste ano, com o curso de especialização em PROEJA, além de cursos de extensão e de atuantes ações com grupos de pesquisa, totalizando 17 grupos, em diversas áreas de conhecimento.

Por conta da política de expansão dos CEFETs por parte do governo federal, além das três unidades (Sede – Maceió) e de mais duas unidades descentralizadas, uma em Palmeira dos Índios e outra em Marechal Deodoro, tem previsão de oferta de mais oito outras unidades descentralizadas, promovendo o acesso à escola pública de qualidade a um contingente bem significativo da população alagoana, bem como a inclusão social e o aumento de escolaridade de uma camada mais carente da sociedade, e, muitas vezes, excluída das ações educativas.

Tem como missão “Ministrar uma educação tecnológica de qualidade, formando cidadãos transformadores da história, através do ensino, extensão e pesquisa, interagindo com a realidade do trabalho”.

Visando ao cumprimento dos pressupostos legais que prevêem a formação de cidadãos plenos, preparados para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania (LDBEN 9.394/96), o CEFET-AL, além da oferta de cursos regulares, também oferta cursos de extensão e estabelece o vínculo de integração escola/empresa/comunidade, através de celebração de convênios nacionais e internacionais.

### **3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA E AS RELAÇÕES EXISTENTES COM OS IFETS**

Cientes de que a pós-modernidade é um período de contínuas mudanças, onde a dinâmica temporal é ditada pela virtualidade, onde o princípio de ciência como conhecimentos nocionais e imutáveis, próprio do modelo cartesiano, dá espaço à dúvida e às incertezas científicas, onde, como afirma Imbernón (2000:11) “(...) a rápida obsolescência e a incerteza têm um papel importante”, observa-se a necessidade de a educação adequar-se a este novo paradigma social e buscar construir suportes educacionais para uma educação mais ética e cidadã, valorizando a participação do sujeito e sua bagagem sociocultural.

Considerando, ainda, a característica multicultural brasileira, frente às tendências de globalização mundial, ressaltamos a importância de um olhar plural para as diferentes e diversas manifestações sociais, culturais, lingüísticas, dentre tantas outras, que caracterizam o Povo Brasileiro e, por conseguinte, definem e ressignificam o papel da educação e do trabalho no Brasil

Por ser um país de dimensões e variedades culturais continentais, a educação brasileira busca adequar-se às exigências da sociedade pós-moderna, ajustando-se às realidades locais, regionais, nacionais e mundiais. Como afirma Pacheco (2007:19), “ e, nesse início de século e milênio, o fenômeno da globalização vem acentuar ainda mais essas diversidades”.

Após 99 anos de existência, o CEFET-AL, que já passou por várias nomenclaturas e por várias tendências pedagógicas e educacionais, atualmente, como uma nova concepção e significação da educação profissional e tecnológica, passará a ser um instituto de educação, ciência e tecnologia em Alagoas.

Como proposta de constituição em IFET, redigida em março deste ano, com base na CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC Nº 002/2007, que solicitava o envio, por parte dos CEFETs, das propostas de transformação de CEFETs para IFETs, foi construído, de forma coletiva, envolvendo gestores, professores e alunos, o documento que deverá integrar o CEFET-

AL e suas unidades à Escola Agrotécnica Federal de Satuba e os quatro campi, que já estão em fase de implantação, como parte da segunda etapa do Plano de Expansão do MEC/SETEC, os quais contemplarão os municípios de Arapiraca, Maragogi, Penedo e Piranhas.

As instituições ora em funcionamento são consideradas pela sociedade alagoana como instituições de ensino de excelência e qualidade, cuja reputação vem corroborar o empenho dessas instituições em promover uma educação de excelência, a partir dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme já mencionado, sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo, a prestação de serviços, num processo permanente de pesquisa, de inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, bem como buscando atuar na disseminação e inovação constantes das ciências e das novas tecnologias.

#### **4. ATUAÇÃO DO CEFET-AL QUANTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PRECONIZADAS PELO MEC**

Visando à adequação da educação nacional ao panorama e à ordem mundial social vigente quanto às questões de inclusão social, o Ministério da Educação e Cultura vem promovendo diversas ações, em forma de programas, projetos e políticas públicas, a fim de garantir, de forma efetiva e duradoura, essa inclusão.

Necessário se faz, portanto, situar a idéia de educação inclusiva no Brasil, cuja fundamentação encontra-se a partir da década de noventa, quando da realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e na qual o Brasil se espelhou para a criação do PDE – Plano Decenal de Educação – 1993 a 2003, bem como para a promulgação da nova LDBEN Nº 9.394/96.

A palavra inclusão, a partir desses dois documentos mencionados e com base na Conferência Mundial da Tailândia, adquire três diferentes conotações, que, segundo Furtado (2008:1) poderiam ser chamadas de “inclusão estrutural” – fica clara a intenção do governo de instituir a “gestão compartilhada”, dividindo com a sociedade a tarefa e a responsabilidade de promover a educação para todos – “inclusão social” – a garantia do acesso à escola às classes menos favorecidas, excluídas socialmente – e a “inclusão das diferenças” – a partir do discurso da Educação para a diversidade, onde encontram-se inseridos os portadores de necessidades especiais, e as diferenças de cor, raça, gênero e cultura.

Elencaremos, a seguir, as ações e os projetos em andamento no CEFET-AL, os quais terão continuidade e serão intensificados quando da mudança para IFET-AL, e que demonstram a preocupação desta instituição em assegurar a inclusão social da comunidade beneficiada por ela, sofrendo um redimensionamento mais efetivo a partir dessa transformação.

Conforme consta na introdução do documento das Concepções Pedagógicas dos IFETS (2008),

Não resta dúvida que, a partir de agora, o que se cumpre, matiza definitivamente a função social dos Institutos Federais. Assim, é na definição de sentidos que devem ficar estabelecidas a natureza e a singularidade dessas instituições que, com impressões claras, devem se inserir na consciência da sociedade. (p.1).

Quanto às ações de inclusão social existentes no atual CEFET-AL, constam a implantação dos cursos médio integrados de PROEJA – educação profissional para jovens e adultos – com a oferta de um curso em cada unidade a partir de 2007, e com previsão de manutenção da oferta e de possível acréscimo de cursos em 2008. Como continuidade dessas ações, está sendo implantado o curso de especialização em PROEJA, onde o CEFET-AL atuará como pólo de pós-graduação nesta modalidade de ensino junto ao estado de Alagoas

A organização de incubadoras e da Escola de Fábrica teve início no ano de 2008 e encontra-se em fase de implantação, havendo já parcerias acertadas com a Junior Achievement, no que diz respeito às incubadoras, que é uma empresa internacional de fomento a essas ações. Além disso, está prevista para os próximos meses deste ano a criação da primeira empresa-júnior na área de tecnologia de alimentos, a partir de sua implantação na incubadora.

Numa parceria com a Associação Canadense dos Colleges Comunitários – ACCC – cujo acordo bilateral foi celebrado entre Brasil e Canadá pela SETEC, está em andamento, já com várias ações implantadas e definidas, o Projeto de Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável Mulheres Mil, sob o nome de *O Doce Sabor de Ser*, que tem por objetivo inicial promover o aumento da escolaridade de mulheres carentes chefes de família nos treze estados das regiões Norte e Nordeste do país, bem como a profissionalização, através de ações de formação inicial e continuada - FIC.

Além do mais, no intuito de promover e intensificar a pesquisa na instituição, constam dezessete grupos de pesquisa, dentre os quais um grupo de pesquisa de educação inclusiva. Nessa perspectiva, foi criado, em 2007, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, que prevê a realização de um curso de pós-graduação na área de africanidade, além de ações de pesquisa e extensão junto à comunidade interna. Este curso de especialização deverá servir como pólo para a capacitação dos professores do Estado de Alagoas.

Buscando, também, o aumento da escolaridade de profissionais já inseridos no mundo do trabalho, foi estabelecida uma parceria junto ao Grupo Carlos Lyra – grupo de usinas – para a oferta *in loco* de um curso de química na Usina Caetés.

Ainda como política de inclusão, mencionamos a iniciativa do Governo Federal, através do MEC, para a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB – promovendo capacitação de professores em Educação a Distância e abrindo oportunidades de elevação de escolaridade em nível superior para aqueles que não dispõem de condições de freqüentar a universidade em aulas presenciais. No CEFET-AL, foram implantados os pólos de Mata de São João, na Bahia, e de Maragogi, em Alagoas, no ano de 2007, e serão implantados, no início de 2009, os cursos de Letras – Português, no pólo de São José da Laje – Alagoas, e do curso de Biologia.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabemos que há muito a construir para a garantia de uma escola cidadã e comprometida com a sociedade, entretanto, diante da “desordem social” que o Brasil vivenciou durante várias décadas, desde a caracterização de república e, considerando o atraso no que diz respeito às políticas públicas de educação, vislumbramos um papel mais atuante e efetivo para os IFETs, diante das políticas públicas implantadas pelo MEC e da relação mais próxima do sistema educacional com as demandas do trabalho e da cidadania.

Finalizamos este artigo com a reflexão posta no documento das Concepções Pedagógicas do IFET (2008), que, de certa forma, corrobora e conclui o fio condutor deste trabalho

Recuperar, mesmo que de forma panorâmica, a história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é fundamental quando se busca a afinidade entre Política de Educação Profissional e Política Pública. E, é no enlace desta trajetória centenária com o futuro que se faz presente, que os Institutos Federais assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária. (p.3)

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **IFET – Concepções Pedagógicas**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Departamento de Políticas e Articulação Institucional. **CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC Nº 002/2007**.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Departamento de Educação para a Diversidade. **Programa de formação continuada a distância para professores e gestores da Rede Federal de Formação Profissional e Tecnológica em Educação das Relações Étnico-Raciais : LEI 10.639/03. PROJETO BÁSICO**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura.- MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL. Escola Agrotécnica Federal de Satuba – EAFS/AL. **IFET-AL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Proposta de Constituição**. Maceió-Alagoas, 2008.

FURTADO, Júlio César. **Formar para a inclusão ou incluir para formar?** Disponível no site [WWW.juliofurtado.com.br](http://WWW.juliofurtado.com.br). Acesso em 08 de agosto de 2008.

IMBERNÒN, Francisco. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PACHECO, Ângela Baraldi. **Brasil: diferentes culturas, um único povo**. In: EDUTEC. Revista de educação e Tecnologia do CEFET-AL. Vol. 3. Nº 3. 2º semestre de 2007.